



ARTE EM TEMPOS SOMBRIOS

ANAIS DO 41.º COLÓQUIO DO COMITÊ
BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE

CB
HA

ARTE EM TEMPOS SOMBRIOS

ANAIS DO 41.º COLÓQUIO DO COMITÊ
BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE

Realização



Organização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

 **UFU** Universidade
Federal de
Uberlândia



UFPEL



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO


CEFET/RJ

CBHA – Comitê Brasileiro de História da Arte – Fundado em 1972

Presidente de Honra (in memoriam) – Walter Zanini

Diretoria (2020-2022)

Presidente – Marco Antônio Pasqualini de Andrade (UFU)

Vice-presidente – Neiva Bohns (UFPEL)

Secretária – Rogéria de Ipanema (UFRJ)

Tesoureiro – Arthur Valle (UFRRJ)

Conselho Deliberativo do CBHA (2020 – 2022)

Almerinda da Silva Lopes (UFES)

Emerson Dionísio Gomes de Oliveira (UnB)

Luiz Alberto Freire

Maria de Fátima Morethy Couto (UNICAMP)

Marize Malta (UFRJ)

41º Colóquio do CBHA (2021): Arte em Tempos Sombrios

Comissão Organizadora

Marco Antonio Pasqualini de Andrade (UFU/CBHA) (presidente)

Arthur Valle (UFRRJ/CBHA)

Marize Malta (UFRJ/CBHA)

Neiva Bohns (UFPEL/CBHA)

Rogéria Moreira de Ipanema (UFRJ/CBHA)

Sandra Makowiecky (UDESC/CBHA)

Comitê Científico

Almerinda Lopes (UFES/ CBHA)

Arthur Valle (UFRRJ/CBHA) Bianca Knaak (UFRGS/ CBHA)

Blanca Brittes (UFRGS/CBHA)

Camila Dazzi (CEFET-RJ/ CBHA)

Fernanda Pequeno (UERJ/ CBHA)

Fernanda Pitta (Pinacoteca-SP/ CBHA)

Marco Pasqualini de Andrade (UFU/CBHA)

Maria do Carmo de Freitas Veneroso (UFMG/CBHA)

Maria Izabel Branco Ribeiro (FAAP/ CBHA)

Marília Andrés Ribeiro (UFMG/CBHA)

Neiva Bohns (UFPEL/CBHA)

Niura A. Legramante Ribeiro (UFRGS/ CBHA)

Paulo César Ribeiro Gomes (UFRGS/ CBHA)

Raquel Quinet Pifano (UFJF/CBHA)

Rogéria Moreira de Ipanema (UFRJ/ CBHA)

Vera Pugliese (UnB/ CBHA)

Imagem da capa

Lydio Bandeira de Mello (1929 -), *Sem título*, 2019. Carvão crayon e pastel seco, 75 x 55 cm; Foto: Rafael Bteshe

Diagramação

Vasto Art

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C72 - Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte (41: 2021)

Anais do 41º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Pesquisas em diálogo – evento on-line - 7 -11 nov. 2021. (Organizadores: Marco Pasqualini, Neiva Bohns, Rogéria de Ipanema, Arthur Valle). Uberlândia: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2022 [2021].

1317 p : 21X37 cm: ilustrado

ISSN: 2236-0719

<https://doi.org/10.54575/cbha.41>

1. História da Arte. I. Comitê Brasileiro de História da Arte. II. Anais do XXXIX Colóquio do CBHA.

CBHA – Comitê Brasileiro de História da Arte

Publicações, colóquios anteriores e demais informações estão disponíveis em:

<http://www.cbha.art.br/index.html>

Contato: cbha.secretaria@gmail.com

CDD: 709.81

Os ritos processionais como catarse taumatúrgica na Vitória do século XIX

Nelson Porto Ribeiro, Universidade Federal do Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0001-8557-2232>
nelsonporto.ufes@gmail.com

Resumo

A procissão era o ritual religioso mais presente na cultura urbana da América portuguesa do século XVIII. Viajantes de países do norte europeu onde as ideias do iluminismo já predominavam, eram unânimes em constatar que não se passava um dia sequer sem que uma procissão passasse. Os poderes taumatúrgicos da procissão foram sempre reconhecidos como fortes pela mentalidade pré-iluminista do cristianismo ibérico. A religiosidade da América portuguesa alimentou-se desta prática, até, ao menos, o final do século XIX – mesmo que a cultura neste momento já não se pudesse chamar barroca. Ao longo de todo o século XIX a Vila da Victoria, na Província do Espírito Santo, foi assaltada por epidemias cíclicas que eram reflexo das condições miseráveis de sanitização da urbe mas que recebiam como resposta terapêutica não o tratamento científico do urbanismo, mas o rito processional taumatúrgico

Palavras-chave: Procissão. Pré-iluminismo. Século XIX.

Abstract

The procession was the most present religious ritual in the urban culture of Portuguese America in the 18th century. The thaumaturgical powers of the procession were always recognized as strong by the pre-enlightenment mentality of Iberian Christianity. The religiosity of Portuguese America was fed by this practice, until at least the end of the 19th century - even if the culture at this moment could no longer be called baroque. Throughout the 19th century, Vila da Victoria, in the Province of Espírito Santo, was attacked by cyclical epidemics that were a reflection of the miserable sanitation conditions in the city, who received as a therapeutic response not the scientific treatment of urbanization, but the thaumaturgical processional rite.

Keywords: Procession. Pre-enlightenment. XIX century.

Introdução

O iluminismo é tardio no mundo mental luso-brasileiro. Ao longo do século XVIII os filósofos do iluminismo foram vistos como hereges pelos pensadores portugueses – mesmo entre aqueles ditos como esclarecidos, tal como é o caso do Padre Teodoro de Almeida que chamava Voltaire de ímpio¹.

As minhas pesquisas ultimamente têm se debruçado sobre o processo de laicização da sociedade oitocentista brasileira, em especial na segunda metade do século XIX, e o papel que os engenheiros tiveram neste processo através da intervenção no espaço urbano de uma cidade como Vitória.

Esse processo foi não apenas mental e pedagógico mas expressou-se também no campo do espaço urbano, com a demolição de templos religiosos, a remoção de campos santos e a construção de espaços públicos de lazer (parques e jardins) e de espaços público-privados, de caráter cultural e social, como teatros, cinemas, clubes e cafés.

Outra questão que tem me preocupado é o papel da re-apropriação do espaço da urbe pelas Festas Cívicas da 1ª República, em especial porque vejo uma continuidade do caráter de algumas destas festas republicanas com as festas do Antigo Regime.

As comemorações do Antigo Regime, festas que tiveram sua origem no Renascimento ou mesmo antes, tais como Procissões, Entradas e Exéquias, tiveram também continuidade na América portuguesa ao longo de toda a colonização entrando pelo século XIX inclusive ao longo do período imperial; eram festas que enalteciam a monarquia e a ordem cósmica ou que cultuavam Deus e seus santos – tinham propósitos pedagógicos, ideológicos e políticos.

Curiosamente, a 1ª República, assentada no cientificismo dos positivistas, não se desfez desse aparato cerimonial e embora o iluminismo, a rigor, tenha tentado aniquilar toda ideia de uma comunicação simbólica tradicional, de uma revelação e, portanto, contribuído para um empobrecimento do pensamento simbólico, também precisava de símbolos, ainda que de percepção simplificada. A partir de então, a alegoria barroca com a sua riqueza simbólica desaparece, substituída pela alegoria revolucionária, aquela das festas laicas da República, ‘democratizadas’².

O culto cívico da família e da pátria através da veneração de seus luminares era um dos propósitos das ideias políticas e filosóficas dos positivistas que estiveram à frente da Proclamação, e embora a ortodoxia positivista tenha ficado em segundo plano na direção do Estado durante a 1ª República, no campo da formação do imaginário; da construção dos símbolos republicanos e da atuação prática de como construir estes símbolos – fosse através da ereção de monumentos

¹ RIBEIRO. 2016. p.18.

² RIBEIRO. 2016. p.172.

públicos³, fosse através das cerimônias de culto – foi ela que acabou predominando nas diretrizes a serem adotadas.

Ainda que à tríade consagrada pela historiografia oficial das personalidades pátrias que até aquele momento ilustravam a ‘marcha da civilização’ nacional, constituída por Tiradentes, Pedro I e Deodoro, o positivismo ortodoxo preferisse Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant⁴ não se pode dizer que este não tenha tido um êxito parcial projetando Bonifácio e Constant em figuras chaves deste ideário – veja-se por exemplo o grande programa alegórico de ‘constituição da nação brasileira’ que é a fachada do Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro - atual assembleia Legislativa mas construído para sede da Câmara de Deputados da nova República em 1928: nos dois grandes grupos alegóricos do coroamento, Bonifácio é representado caminhando ao lado do imperador à cavalo e Constant, também à pé, ao lado do general à cavalo – são as quatro únicas figuras históricas, as demais representações no coroamento do prédio são figuras alegóricas no seu sentido estrito, representações de mulheres que personificam, através de atributos, virtudes e qualidades abstratas⁵.

Não devemos nos esquecer do peso que esta corrente tinha nas classes ilustradas através daquilo a que mais de um autor denominou como sendo um positivismo difuso⁶. No caso do Espírito Santo, alguns dos primeiros governos provinciais na passagem do Império para a República tiveram viés claramente positivista. É o caso, segundo Lins (1964), dos seguintes presidentes da Província e do Estado: Herculano Marcos Inglês de Souza (1882); Afonso Claudio de Freitas Rosa (1889-1890); José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-96 e 1900-04) e Graciano dos Santos Neves (1896-97).

Vemos então que festas do Antigo Regime como Entradas reais e Exéquias, foram apropriadas pelo governo da 1ª República de uma forma laicizada.

A Entrada em Portugal realizava-se em duas situações específicas: “quando o Rei visitava alguma província de seu reino ou quando recebia, pela primeira vez na sua capital, a sua nova consorte”⁷. Era uma festa onde erigiam-se Arcos de triunfo festivos, arquitetura efêmera, por onde a procissão real passava a caminho da Catedral ou de Palácio. Na América portuguesa, onde a Entrada Real não tinha como ter curso, estas festas resumir-se-iam a Entradas de Bispos, ou, a partir de 1808, em verdadeiras Entradas reais como a que foi organizada para a recepção à arquiduquesa Leopoldina quando da sua chegada no Rio de Janeiro em 1817.

³ CARVALHO (2017. p.45 e seguintes) demonstra como importantes monumentos republicanos como os dedicados à Floriano Peixoto e à Benjamin Constant, ambos no Rio de Janeiro, foram concebidos sob a diretriz daquilo que poderíamos chamar de uma estética positivista.

⁴ CARVALHO. 2017. p. 42.

⁵ LEITE & RIBEIRO. 2012. p. 36.

⁶ ‘O positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica (...) Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas’ (Sergio Buarque de Holanda. Apud ALONSO. 1995, p.4).

⁷ RIBEIRO. 2016. p. 133.

Na capital capixaba, ao longo do século XIX, tivemos as Entradas do Bispo Coutinho em 1812, a de Pedro II em 1860 assim como a do Bispo Lacerda em 1880. Todas festivamente celebradas. Esse tipo de festejo teve continuidade na 1ª República, pelo menos até 1910 na recepção ao presidente Nilo Peçanha onde ficou registrado na imprensa coeva a construção de arquitetura efêmera “um belíssimo arco de triunfo de onde pendem bandeiras e festões, lendo-se em uma das faces, ao alto, a seguinte inscrição ‘O Espírito Santo saúda o preclaro chefe da nação’”⁸.

Quanto às Exéquias, eram comemorações fúnebres feitas em honra de alguém. Na tradição portuguesa as exéquias aconteciam enquanto solenidades religiosas de corpo presente, missas de 7º e de 30º dia na morte de um príncipe da casa reinante, de um grande ou de um príncipe da igreja. As mais pomposas eram as exéquias de 30 dias quando havia então a possibilidade da preparação do templo através da construção de uma arquitetura efêmera de grande qualidade decorativa: o catafalco, que, na definição de Bluteau é um “túmulo honorífico do defunto, não estando o corpo presente”⁹.

Apesar das Exéquias serem realizadas no interior de um templo católico e oficiadas por um sacerdote, a 1ª República ainda assim adotou a comemoração no contexto das honras a serem prestadas aos grandes vultos nacionais. Além de defenderem o culto familiar dos antepassados o projeto positivista estimulava também o culto aos heróis da nação, aqueles que tinham conduzido a sociedade na sua ‘marcha para o progresso’, fossem pensadores ou políticos notáveis, ao exemplo do que a República francesa fizera erigindo o seu Panteão. Ora, esses espaços de culto eram locais que originalmente foram templos católicos – tal é o caso também do Panteão da República portuguesa, em Lisboa – o que inequivocamente denuncia que não havia uma aversão dos positivistas ao cristianismo, ao contrário até já que os positivistas ortodoxos eram muito cuidadosos em não agredir o catolicismo, não apenas reconheciam a “força da tradição católica no Brasil” como também estavam atentos “à concepção de Comte de que entre os católicos se encontravam os ouvintes mais receptivos”¹⁰.

As grandes exéquias do período foram as realizadas no Rio de Janeiro por conta da morte do Barão do Rio Branco - o Espírito Santo não ficou atrás, realizando as exéquias do Barão na Catedral do bispado (antiga Matriz) onde, nas palavras da imprensa coeva, o “grande catafalco era imponente, pelo seu tamanho e pela altura, sendo bordado com lindos desenhos prateados. Em cada ângulo ficava uma sentinela com armas em funeral”¹¹.

Contudo, por motivos de coerência, o governo republicano que havia separado Igreja de Estado procurou não se mesclar à principal tradição religiosa sobrevivente do Antigo Regime, a procissão.

⁸ DM. 28.06.1910, p.2.

⁹ BLUTEAU. 1712.

¹⁰ CARVALHO. 2017. p.138.

¹¹ DM. 16.03.1912. p.1

A procissão foi o ritual religioso mais presente na cultura urbana da América portuguesa do século XVIII. Viajantes de países do norte europeu onde as ideias do iluminismo já predominavam, eram unânimes em constatar que não se passava um dia sequer sem que uma procissão passasse acompanhada por músicos, soldados e padres ou que se entoasse um *Te Deum* em ação de graças¹².

A procissão, amiúde com características festivas, comemorativas do natalício de um santo, tinha também uma faceta lutuosa: procissões fúnebres, procissão de *Corpus Christi*, procissão de penitência etc. Os poderes taumatúrgicos da procissão foram sempre reconhecidos como fortes na mentalidade pré-iluminista do cristianismo ibérico; veja-se por exemplo a enorme procissão que se realizou em Lisboa exatamente um ano após o grande terremoto de 1755 quando os apocalípticos previam que um terremoto mais forte ainda, viria, para terminar o 'serviço' do primeiro, na informação de um viajante sueco que chegou em Lisboa no final de outubro de 1756¹³.

A procissão era também um ritual de expurgo e purificação. A cultura barroca tardia da América portuguesa alimentou esta prática, até, ao menos, o final do século XIX – mesmo que a cultura no final do século já não se pudesse chamar barroca e que já estivesse definitivamente conspurcada pelo pensamento laico e 'iconóforo' do iluminismo. Acredito que podemos falar de práticas mentais residuais sobrevivendo no contexto de um mundo fragmentado, onde o cientificismo do iluminismo predominando nas esferas civis não era capaz de impedir ainda a religiosidade pré-iluminista que sobrevivia nas crenças populares.

A procissão de penitencia na Capitania e na Província do Espírito Santo.

As procissões em Vitória, cabeça do Espírito Santo, eram as usuais do mundo português, e, ao longo do século XIX, foram promovidas conjuntamente pelo Estado e pela Igreja, ainda no contexto do acordo do Padroado.

A Procissão da Padroeira da Provincia - N. Sra. da Victoria - era organizada pela Camara Municipal que criava também, para os festejos, "alguns divertimentos públicos"¹⁴. A importante procissão do Senhor dos Passos onde em 1849, por determinação governamental, deveriam ser "rendidas as guardas de palácio, cadeia, etc. desta cidade"¹⁵.

Procissões com propósitos de penitência, expiação e de alcance de graça, em especial no caso de calamidades públicas como epidemias, foram uma constante desde muito cedo. Novaes menciona que entre as epidemias que frequentemente assolavam o território capixaba, que a de 1669 teria sido particularmente 'pavorosa' fazendo com que povo e autoridades trouxessem em procissão marítima a

¹² HAWKESWORTH. 1773. v.2. p.28 – tradução nossa.

¹³ BRELIN. 1955. p.116.

¹⁴ CV. 12.09.1849. p.4.

¹⁵ CV. 28.02.1849. p.1.

imagem de N. Sra. da Penha da Vila Velha até a Vila da Vitória, onde esta teria permanecido no templo dos jesuítas por quinze dias¹⁶.

Ao longo de todo o século XIX a Vila da Vitória foi assaltada por epidemias cíclicas – em especial febre amarela, sarampo e varíola – provenientes de outras regiões do país, mas que encontravam nas condições miseráveis de sanitização e higiene da urbe capixaba um repasto para o contágio e a proliferação.

Embora as formas científicas de combate à essas doenças epidêmicas cíclicas já fossem minimamente conhecidas pelas autoridades na segunda metade do século, tais como: quarentena, desinfecções gerais com cal e cloro e vacinação, particularmente esta última encontrava grande resistência da população. O Relatório governamental de 1852 informava: “Poucos progressos tem feito a vacina nesta Província (...) Uma das causas que para isso concorrem é o preconceito do povo, que pela maior parte acredita que a inoculação do pus vacênico faz aparecer a epidemia de bexiga (varíola)”¹⁷.

Ou o relatório de 1861, em que o comissário vacinador da Província informa: “torna-se preciso andar a vacinar pelas casas, porque quase ninguém concorre nos lugares, horas e dias designados para a vacina”¹⁸.

Aparentemente, preferia-se confiar nas rezas e preces e nos atos processionais do que na ação científica. Lê-se no Relatório de 1854: “Atualmente está essa cidade e seus arrabaldes, (...) sendo vítima do terrível flagelo da disenteria sanguínea (...) A população tem-se deixado possuir de excessivo terror; tem se repetido as preces e as procissões de penitência”¹⁹.

Um periódico coevo informava: “Teve lugar em a noite de 27 uma procissão de penitência para implorar da Misericórdia Divina alívio aos males que estamos sofrendo (...) pediam a intercessão de sua misericórdia para tirar de sobre nossa Capital a epidemia fatal que a devasta, e flagela”²⁰.

No ano seguinte previa-se chegar à Vitória um surto epidêmico que já fazia seus estragos em Salvador e no Rio de Janeiro. Antecipadamente, tratou de se construir uma defesa adequada para a população capixaba – uma defesa espiritual:

Desde anteontem que se fazem preces na Matriz desta cidade (Vitória) para que a Divina Providencia nos livre da epidemia que tantos estragos tem feito na Bahia, e que começa também fazer no Rio. Na madrugada de ontem cantou-se na Misericórdia uma missa a São Sebastião para nos livrar da peste, e a noite houve procissão de penitência, saída da igreja Matriz, que foi muito concorrida²¹.

¹⁶ NOVAES. 1968. p.72.

¹⁷ PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO. 1852. p.19.

¹⁸ PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO. 1859. Apenso D. p.02.

¹⁹ PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO. 1854. p.16.

²⁰ CV. 29.04.1854. p.1.

²¹ CV. 06.10.1855. p.2.

Para o periódico citado, era certa a eficácia dessas medidas, e o mesmo concluía: “Lemos no Correio Mercantil (periódico carioca) que após ter havido preces na freguesia da Ilha do Governador, vai cessando um pouco a epidemia que naquela ilha se tinha desenvolvido. Este fato é por si mesmo muito significativo, e não precisa de comentário”²².

A procissão de penitência na 1ª Republica capixaba.

Na 1ª República, onde o cientificismo se impôs na administração pública, inclusive no campo da cidade, com medidas urbanísticas de sanitização como implantação de redes de esgoto, drenagem e abastecimento de água, assim como também com o aprofundamento do conhecimento científico com a criação de instituições de pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz (fundada em 1900), a rigor deveria ter-se colocado uma pá de cal nestas práticas religiosas pré-iluministas que aos olhos de uma sociedade laicizada apareciam como superstição e tolice.

Não é, contudo, o que nossas pesquisa revelam, justo o contrário: apesar da prática processional não ser incentivada pelo governo federal e local, apesar das campanhas vacênicas se oporem à ideia taumaturga do ato religioso, aparentemente as procissões de expiação e penitência pareciam proliferar ainda no final do século XIX em Vitória, tal como quando em 1895 a cidade foi tomada por uma epidemia de varíola e os rituais sagrados de exorcização da doença passaram pela devoção de N. Sra. da Conceição através de “*missa de penitência e procissão*” e posteriormente, de procissão e missa de júbilo pela “*extinção da epidemia*”.

O culto de N. Sra. da Conceição - um dos mais expressivos herdados da religiosidade portuguesa - junto com o de São Sebastião, eram os preferidos para as procissões de penitência e expiação. Periódico coevo, alguns anos depois, intercedendo pela preservação do templo capixaba dedicado à Santa, faz referência explícita a importância da pequena igreja de N. Sra. da Conceição da Prainha, onde em 1895 ter-se-ia feito importante procissão de penitência para intercessão da Virgem contra a epidemia de varíola que grassara na cidade²³.

As práticas sanitárias da 1ª Republica incrementaram a higienização das cidades brasileiras e melhoraram o enfrentamento das epidemias, inclusive com a propagação do hábito da vacinação, o que não se deu sem traumas, pois parte da elite intelectual brasileira – inclusive grande parte dos positivistas – eram contra a vacinação obrigatória²⁴, contudo, é certo que ao longo das primeiras décadas do novo século a associação explícita entre a ‘procissão de penitência’ e as epidemias desaparece da imprensa capixaba, deixando claro que embora a religiosidade popular não tivesse necessariamente arrefecido – pois a procissão, como ato

²² Idem.

²³ CES. 14.11.1897. p.2.

²⁴ Os positivistas não atacavam a vacinação obrigatória apenas pelo lado da defesa irrestrita da liberdade individual, como era o caso por exemplo do engenheiro Lauro Sodré. Segundo Lins (1964. p.80), de início discordavam mesmo da teoria microbiana de Pasteur, com honrosa exceção para o médico paulista Pereira Barreto.

religioso de júbilo por algum santo continuava sendo importante presença nas práticas culturais capixabas como vemos na imprensa coeva assim como também grande parte da população da cidade, entre 1918 e 1936, estava completamente envolvida na construção de uma grande catedral neogótica para a nova diocese do Espírito Santo – a ideia da procissão como terapia ou catarse espiritual coletiva de proteção contra epidemias desaparece, ou ao menos perde força, no imaginário local.

A última referência que encontramos na imprensa local de uma procissão de penitência para proteção contra epidemias é a que ocorre em Viana em 1902, procissão a *“São Sebastião, para rogar a Deus a terminação da peste”*²⁵.

Em 1908 quando o Rio de Janeiro estava assolado por uma epidemia de varíola, que, ao menos até maio, ainda não tinha chegado em Vitória, o periódico local recomendava apenas como precaução a vacinação antecipada para a capital capixaba²⁶.

Em 1932, no início do Estado Novo portanto, a ideia de uma ‘procissão de penitência’ – acontecendo em importantes capitais brasileiras – retorna, contudo já num contexto totalmente diverso: procissões de penitência foram feitas em Porto Alegre, Salvador e Rio de Janeiro no sentido da pacificação do país que estava em à beira de uma guerra civil²⁷.

Conclusão

Essa é uma pesquisa ainda em andamento e muitos aspectos ainda poderão ser vislumbrados que dariam uma complexidade maior ao motivo de tradições simbólicas tão antigas, perdurarem por tanto tempo, ainda que residuariamente, até o final do século XIX capixaba – um século que já era, pelo menos seguindo-se o senso comum, para ter sido completamente dominado pelo pensamento das luzes.

Papel importante nesse processo de laicização das práticas culturais, em especial a partir da segunda metade do século XIX, é exercido pelas classes médias emergentes, particularmente aquelas envolvidas com os setores técnicos do conhecimento acadêmico; médicos e engenheiros, e em menor monta, juristas. Uma elite intelectual comprometida com o pensamento positivista e com a transformação e a modernidade da sociedade brasileira. No contexto capixaba, os engenheiros que aqui chegaram em grande número a partir das três últimas décadas do século, em especial com os estudos para implantação da Estrada de Ferro, mas não apenas, foram inequivocamente os grandes responsáveis²⁸.

Nossos estudos ultimamente têm tido como propósito se debruçar sobre as práticas processionais da 1ª República na cultura urbana capixaba – artigo ainda em preparação - tentando demonstrar como elas ainda estavam ancoradas num

²⁵ CES. 16.09.1902. p.1.

²⁶ DM. 01.05.1908. p.2.

²⁷ DM. 27.09.1932. p.1 e outros.

²⁸ RIBEIRO. 2021.

imaginário religioso impregnado de símbolos e representações da cultura pré-iluminista com a utilização de uma simbólica alegórica. De alguma forma, enquanto as festas cívicas propriamente ditas – as Exéquias e Entradas – que foram promovidas pelo Estado positivista desapareceram enquanto prática ao longo da 1ª República, a procissão, que deixou de ser usada pelo Estado republicano, enquanto prática religiosa tem continuidade até os nossos dias, embora tenha perdido grande parte do seu potencial taumatúrgico.

Agradecimentos

Os agradecimentos usuais ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que desde 2005 vem, sistemática e ininterruptamente, apoiando as minhas pesquisas.

Referências

ALONSO, Ângela Maria. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. XIX Encontro anual da ANPOCS. 1995.

BLUTEAU, D. Raphael. Vocabulário portuguez e latino. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 para o Tomo I.

BRELIN, Johan. De passagem pelo Brasil e Portugal em 1756. Lisboa, Casa Portuguesa, 1955 (trad. do orig. sueco por Carlos Pericão de Almeida).

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CES. Commercio do Espirito Santo. Vitória (periódico).

CV. Correio da Victoria. Vitória (periódico).

DM. Diário da Manhã. Vitória (periódico).

HAWKESWORTH (org.). An account of the voyages undertaken by the order of his present Majesty for making discoveries in the Southern Hemisphere, and successfully performed by: Commodore Byron, Captain Wallis, Captain Carteret and Captain Cook (...) London: W. Strahan & T. Cadell, 1773. (03 vol).

LEITE, Luis Eugênio T. & RIBEIRO, Nelson Pôrto. O Rio que o Rio não vê: os símbolos e seus significados na arquitetura civil do centro da cidade do Rio de Janeiro. São Paulo : Aori, 2012.

LINS, Ivan. História do positivismo no Brasil. 1 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo. Vitória (ES): Fundo Editorial do ES, [1968].

PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO. Relatório que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo o Bacharel José Bonifácio Nascentes d'Azambuja dirigiu a Assembleia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Vitória: Tipografia Capitaniense, 1852.

PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 25 de maio do corrente ano. Vitória: Tipografia Capitaniense, 1854.

PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o bacharel Pedro Leão Velloso na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitória: Tipografia Capitaniense, 1859.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. Espaço e iconologia na arte de mestre Valentim. Saarbrücken (Alemanha): Novas Edições Acadêmicas, 2016.

____. A engenharia, o positivismo e a imprensa no Espírito Santo do século XIX in: Revista do Arquivo Público do Estado do ES. Ano V. nº 9. janeiro - junho de 2021..

Como citar:

PÔRTO RIBEIRO, Nelson. Os ritos processionais como catarse taumatúrgica na Vitória do século XIX. *Anais do 41º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Arte em Tempos Sombrios*, Evento virtual, CBHA, n. 41, p. 503-512., 2022 (2021). ISSN: 2236-0719.
DOI: <https://doi.org/10.54575/cbha.41.042>
Disponível em: <http://www.cbha.art.br/publicacoes.htm>